Acta n.º 3 da Reunião
Ordinária da Câmara Municipal
de Barcelos realizada a um de
Fevereiro de dois mil e dezasseis.--

-----Ao primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, nesta cidade de Barcelos, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões da Câmara Municipal compareceram além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Miguel Jorge da Costa Gomes, os Senhores Vereadores: Dr. Domingos Ribeiro Pereira, Dr.^a Maria Armandina Félix Vila-Chã Saleiro, Dr. José Carlos da Silva Brito, Dr. Alexandre Miguel Gonçalves Maciel, Maria Elisa Azevedo Leite Braga, Dr. Domingos José da Silva Araújo, Dr. Félix Falcão Araújo, Dra. Rosa Cristina Rodrigues Barbosa, Dr. António Jorge da Silva Ribeiro e Eng^o Manuel Carlos da Costa Marinho. -----

-----Sendo dez horas e depois de todos haverem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

-----Em virtude do falecimento do Senhor António Oliveira Castro, Presidente da Junta da União das Freguesias de Sequeade e Bastuço (S. João e Sto Estêvão), o Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs ao executivo municipal um Voto de Louvor e de Reconhecimento pelo exercício do cargo autárquico em prol do bem público, o qual foi aprovado por unanimidade.-----

-----Não havendo mais assuntos, passou-se ao período da ordem do dia.-----

-----ORDEM DO DIA:-----

----- -1. PROPOSTA. Atribuição de apoio para refeição escolar aos alunos do 1.º CEB e ensino pré-escolar.-----

----- -A igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar é concretizada pela criação de apoios e complementos educativos, constituídos por um conjunto diversificado de ações, consagradas no n.º 1, do artigo 27 da Lei de Bases do Sistema Educativo e no artigo 12.º do Decreto-Lei 55/2009, de 2 de Março, na sua redação atualizada.-----

-----Os Municípios têm um papel preponderante no domínio da educação, apresentando também uma função particularmente relevante na área social, de acordo com o vertido na alínea hh), do n.º 1, do artigo 33, da Lei 75/2013, de 12 setembro.-----

-----O Município de Barcelos procedeu à elaboração e aprovação de um regulamento próprio onde estabelece o conjunto de regras para a atribuição de apoios económicos, no âmbito da ação social escolar, os quais se traduzem em participações nas refeições e no material didático-pedagógico.-----

-----Assim, no uso da competência prevista na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o Regulamento de Ação Social do Município de Barcelos proponho que a Exma. Câmara Municipal delibere aprovar a atribuição de apoio para refeição escolar aos alunos constantes na listagem anexa, para o ano lectivo 2015/2016. Aos alunos devidamente identificados os efeitos do apoio retroagem ao início do ano escolar. Aos restantes o efeito da subsídioção retroage à data da entrada do pedido/comunicação nos serviços do Município:-----

-----Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico:-----

----- 9 (nove) alunos – Escalão (A) – refeição gratuita-----

----- 6 (seis) alunos – Escalão (B) - comparticipação em 50% refeição-----

-----Alunos do ensino pré-escolar:-----

----- 3 (três) alunos – Escalão (A) – refeição gratuita-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

----- **Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**2. PROPOSTA. Cedência temporária de instalações –
Ratificação.**-----

-----O Município de Barcelos, sempre que possível, apoia as instituições, associações e outros organismos do concelho na prossecução dos seus objectivos e no desenvolvimento das suas actividades.-----

-----Tendo sido solicitado à Câmara Municipal a cedência temporária de instalações de escolas do concelho;-----

-----Considerando que a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, dispõe que compete à Câmara Municipal «*Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal;*»-----

-----Considerando que a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, determina que compete à Câmara Municipal «*apoiar actividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra (...)*»-----

-----Proponho que seja ratificado o despacho proferido pela Sr.^a Vereadora Dr.^a Armandina Saleiro, que autorizou a utilização temporária das referidas instalações às seguintes entidades:-----

----- Junta de Freguesia de Pereira – utilização das instalações da EB1 de Pereira para desenvolver uma ação de formação com a duração de 50 (cinquenta) horas.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**3. PROPOSTA. Lançamento dos livros “O eco da ecologia” e “O som das palavras” – ratificação de despacho.**-----

-----Considerando que:-----

-----O SABEbcl – Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares tem como principal função garantir o desenvolvimento sustentado da rede de Bibliotecas de Barcelos, privilegiando o reforço da articulação com as Bibliotecas Escolares e escolas, no âmbito da promoção da leitura, com especial destaque para a presença de escritores junto dos alunos;-----

-----A escritora Luísa Ducla Soares – uma das mais conceituadas escritoras de literatura infantojuvenil do país - e o músico Daniel Completo estiveram em 5 escolas básicas do 1.º ciclo do concelho, nos dias 25 e 26 de janeiro, para lançarem os livros “O som das palavras” e “O Eco da Ecologia”;-----

----- -Compete à Câmara Municipal apoiar *atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município*, conforme o constante na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----Considerando que o desenvolvimento desta iniciativa envolveu uma logística com custos associados;-----

-----Proponho a ratificação do despacho que aprovou:-----

-----Pagamento do alojamento para as pessoas acima referidas;-----

-----Pagamento de 6 (seis) almoços e 6 (seis) jantares;-----

-----Pagamento dos honorários;-----

-----Aquisição de 10 exemplares de cada um dos livros acima mencionados.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

----- **Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

----- **4. PROPOSTA. Apoio ao Arrendamento Habitacional.**-----

-----No âmbito do Regulamento para o Apoio ao Arrendamento Habitacional no Município de Barcelos que define os critérios de atribuição de comparticipação no pagamento da renda de casa a estratos sociais desfavorecidos residentes no concelho submeto à apreciação e aprovação da Ex.ma Câmara os processos a seguir indicados:

----- **Novos processos para comparticipação:**-----

----- Cristina Maria Araújo de Sousa-----

----- **Processos reavaliados – continuidade do valor do apoio:**-----

-----Aires Pereira da Silva;-----

-----Juliana da Costa Ferreira.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**5. PROPOSTA. Transporte em ambulância.**-----

-----A munícipe Maria Teresa Figueiredo da Silva, residente em Galegos S. Martinho, solicitou ao Município apoio para o transporte em ambulância para o Hospital de Braga, onde tem consultas.-----

-----Não sendo possível a este agregado suportar as despesas com estas deslocações;-----

-----Tendo sido aprovado em reunião de Câmara de 22 de novembro de 2013, por unanimidade, a minuta do protocolo a celebrar com as corporações dos bombeiros do concelho, com o objetivo de estabelecer as condições de transporte de cidadãos carenciados e portadores de doenças graves, que necessitam de se deslocar para efetuar tratamentos/consultas.-----

-----Face ao exposto, proponho, no uso da competência prevista na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Exma. Câmara Municipal delibere autorizar, ao abrigo do protocolo supra referido, o transporte da Sr.ª Maria Teresa Figueiredo da Silva, entre a sua residência sita em Galegos S. Martinho e o Hospital de Braga, sendo o apoio concedido a partir do dia 27 de janeiro de 2016.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**6. PROPOSTA. Transporte em ambulância – continuação do apoio concedido.**-----

-----Em reunião de Câmara de 18 de julho de 2014 foi deliberado, por unanimidade, autorizar o transporte em ambulância do munícipe José António Silva Gomes entre a sua residência, sita em Arcozelo, e o Hospital de Braga.-----

-----Recentemente, o munícipe solicitou a prorrogação do apoio concedido, uma vez que continua a necessitar do tratamento e não lhe é possível fazer face às despesas do transporte.-----

-----Assim,-----

-----Tendo em consideração que os pressupostos que estão na base dos apoios deliberados se mantêm inalterados, nomeadamente a precariedade económica do agregado familiar e a impossibilidade de suportar as despesas com as deslocações para a referenciada unidade de saúde;-----

-----Tendo sido aprovado em reunião de Câmara de 22 de novembro de 2013, por unanimidade, a minuta do protocolo a celebrar com as corporações dos bombeiros do concelho, com o objetivo de estabelecer as condições de transporte de cidadãos carenciados e portadores de doenças graves, que necessitam de se deslocar para efetuar tratamentos/consultas.-----

-----Face ao exposto, proponho, no uso da competência prevista na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Exma. Câmara Municipal delibere autorizar a continuidade do transporte do Sr. José António Silva Gomes entre Arcozelo e o Hospital de Braga.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**7. PROPOSTA. Comparticipação do pagamento do passe escolar para jovens que frequentam a APACI.**-----

-----Considerando que:-----

-----A direção da APACI informou o município que quatro utentes daquela instituição tem graves carências económicas, necessitando de apoio no pagamento do passe entre as suas residências e Barcelos, onde frequentam o Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), tendo solicitado o apoio da Câmara Municipal no pagamento dos passes.-----

-----É incontestável o papel que a autarquia assume, cada vez mais, junto dos seus munícipes, potenciando a promoção da justiça, a equidade social, o bem-estar e a qualidade de vida. -----

-----Os cidadãos com carências económicas e portadores de doenças graves são por natureza mais vulneráveis, e deste modo sujeitos a uma maior marginalização e exclusão. -----

-----Face ao exposto, proponho, no uso da competência prevista na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Exma. Câmara Municipal delibere autorizar o pagamento integral do passe dos jovens a seguir indicados entre as suas residências e a Central de Camionagem de Barcelos, sendo que o apoio será concedido entre o início de janeiro de 2016 e dezembro de 2016 e o pagamento será feito mediante a apresentação do comprovativo da despesa do transporte:-----

-----Valentim Dias da Silva (residente em Fragoso);-----

-----Pedro Miguel Coutinho Monteiro (residente em Aguiar);-----

-----Maria Natália Araújo Bogas (residente em Martim);-----

-----Virgínia Maria Araújo Bogas (residente em Martim).-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**O Senhor Vereador Dr. António Ribeiro não participou na apreciação e votação da presente proposta em virtude de pertencer aos órgãos sociais da APACI.**

-----**8. PROPOSTA. Prorrogação do Acordo de Cedência até 31 de dezembro de 2016.**-----

-----A gestão de Recursos Humanos faz-se em função do Mapa de Pessoal e Orçamento aprovados para o ano 2016, onde se encontram previstos e não ocupados postos de trabalho, bem como a sua caracterização, necessários para o desenvolvimento das atividades do Município.-----

-----Conforme o exposto e, de acordo com o art. 93.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06 e nos termos do disposto no art. 1.º do Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30/12, bem como no art. 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20/08, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10/07, foi mantido em vigor ex vi n.º 2 do art. 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11/09, que determina a prorrogação da vigência da Lei do Orçamento de Estado do ano anterior, designadamente nas situações em que não tenha sido apresentada a proposta de Lei do Orçamento de Estado, até à entrada em vigor da Lei de Orçamento de Estado para 2016. Posto isto, foi autorizado por mim a prorrogação do acordo de cedência de interesse público do trabalhador Hugo Alexandre Neiva dos Santos, com efeitos a 01 de janeiro de 2016, até 31 de dezembro de 2016.-----

-----O acordo baseia-se na necessidade declarada, na informação em anexo, pelo Vereador com competência delegada, Dr. Domingos Pereira (registo n.º 5555/16).

-----A existência de fundos disponíveis e respetivo compromisso fazem parte do documento com o registo n.º 4619/16, no Departamento Financeiro.-----

-----Neste sentido, apresenta-se para ratificação da Exma. Câmara Municipal o meu despacho, que autorizou a prorrogação do referido acordo, tendo em vista o fim a que se destina.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores eleitos pela Coligação “Somos Barcelos”, Dr. Domingos Araújo, Dr. Félix Falcão, Dra Rosa Cristina Barbosa e Dr. António Ribeiro, aprovar a presente proposta.**-----

-----9. PROPOSTA. Alteração ao Mapa de Pessoal previsto para 2016.-----

-----1. Considerações prévias:-----

-----A gestão de Recursos Humanos faz-se em função do Mapa de Pessoal e Orçamento aprovados para o ano 2016, onde se encontram previstos e não ocupados postos de trabalho, bem como sua caracterização, necessários para o desenvolvimento das atividades do Município.-----

-----A Lei nº 35/2014, de 20 de junho - que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas estabelece nos seus artºs 28º, 29º, 30º e 31º as regras sobre planeamento e gestão de recursos humanos, mapas de pessoal, preenchimento de postos de trabalho e orçamentação e gestão das despesas com pessoal, respetivamente.-----

-----Os lugares previstos na página 155 do Mapa de Pessoal aprovado para 2016, para o Gabinete de Coesão Social e Saúde Pública, passam de 3 para 6 lugares de Técnico Superior (com licenciatura na área de Educação), bem como a criação de 2 lugares de Técnico Superior (com licenciatura na área de Psicologia).-----

-----Nos lugares previstos na página 164 do Mapa de Pessoal aprovado para 2016, para a Divisão de Parques e Jardins, há a criação de 1 lugar de Técnico Superior (com licenciatura na área de Engenharia Agrária).-----

-----Proposta:-----

-----Em face do exposto supra proponho à Ex.ma Câmara Municipal que delibere o seguinte:-----

-----a) Aprovar a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2016, conforme o documento em anexo, para a inclusão de postos de trabalho para o Gabinete de Coesão Social e Saúde Pública e para a Divisão de Parques e Jardins.-----

-----b) Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea o), do nº 1, do art. 25.º, da Lei nº 75/2013, de 12/09, a presente proposta.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**10. PROPOSTA. Mega Aula de Hidroginástica.**-----

-----Considerandos:-----

-----1 – A Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais e o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais.-----

-----2 – Compete à Câmara Municipal de Barcelos “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município...” e “Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente, com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município...”, conforme a alínea u) e o) do n.º1, do artigo 33º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----3 – O Município de Barcelos está empenhado, a nível da prática da atividade física em geral, em dar resposta às aspirações, necessidades e motivações

da população do concelho complementando de forma adequada as suas ações e atividades, por forma a rentabilizar os seus maiores recursos. -----

-----4 – O Município de Barcelos pretende realizar no próximo dia 06 de fevereiro, nas Piscinas Municipais, uma Mega Aula de Hidroginástica, com a duração de 45 minutos, aula esta gratuita e aberta ao público, em comemoração do Carnaval 2016.-----

-----Pelo exposto, proponho que a Câmara Municipal de Barcelos delibere apreciar e aprovar a realização da Mega Aula de Hidroginástica, a realizar nas Piscinas Municipais de Barcelos.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**11. PROPOSTA. Acordo de Colaboração. Paralisia Cerebral – Associação Nacional de Desporto.**-----

-----Considerando:-----

-----1 – A prática desportiva é um direito fundamental dos cidadãos reconhecido na constituição da República Portuguesa.-----

-----2 – A prática desportiva é cada vez mais importante e relevante na vida das populações, assumindo um papel importante na sua saúde e hábitos de vida, sendo, também, por isso, uma aposta para uma sociedade mais saudável.-----

-----3 – O Município de Barcelos, no uso das suas atribuições e competências, nomeadamente nos domínios dos “Tempos livres e desporto”, conforme o disposto

na alínea f) do n.º2 do artigo 23.º, do Anexo I da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro, está empenhado , a nível da prática da atividade física em geral e do Boccia em particular, dar resposta às aspirações, necessidades e motivações da população do seu concelho, colaborando com outras entidades, complementando de forma adequada as suas ações e atividades, por forma a rentabilizar os seus meios e recursos. -----

-----4 – É, ainda, da competência da Câmara Municipal “Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde ...” conforme o disposto na alínea u) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei mencionada anteriormente.-----

-----5 – Garante junto da população atividades que eram abarcadas pelo programa “Barcelos Saudável” no âmbito da Empresa Municipal de Desportos de Barcelos, E.E.M., que agora vão estar sob a esfera das competências da Câmara Municipal de Barcelos.-----

-----6 – A Paralisia Cerebral – Associação Nacional de Desporto (PCAND) tem como missão promover a prática generalizada do Desporto por pessoas com Paralisia Cerebral e situações neurológicas afins, procurando criar as condições de acessibilidade e de orientação da prática desportiva, sempre que possível de forma integrada nas estruturas já existentes do desporto regular e no meio comunitário onde residem os praticantes.-----

-----7 – A PCAND assume-se como um órgão consultivo, reconhecido e respeitado internacionalmente, para questões da deficiência e desporto, sendo membro da FPDD, Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, do Comité Paralímpico de Portugal, da CPISRA, a Organização Desportiva Internacional para

-----12. PROPOSTA – Freguesia de Adães. Atribuição de subsídio.

-----A Junta de Freguesia de Adães está a proceder à realização de obras de alargamento, pavimentação e construção de muros nas ruas de Regadas, dos Balcões e da Vitorinha, pelo que solicitam uma colaboração financeira do Município para poderem concretizar as obras.-----

-----Como colaboração com a freguesia, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 15, das Normas de Execução Orçamental para 2015, submete-se à apreciação e aprovação da Ex.ma Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 15.000,00 € (quinze mil euros), relativo à última fase das obras.-----

-----O compromisso financeiro torna-se exigível com a apresentação dos documentos comprovativos da realização da despesa.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----13. PROPOSTA – Freguesia de Aldreu. Atribuição de subsídio.-----

-----A Junta de Freguesia de Aldreu está a proceder à construção de valetas na Rua de S. Silvestre uma vez que se trata de uma via com muita afluência de trânsito devido ao facto de fazer ligação com a freguesia de Fragoso. -----

-----Para concretizarem estas obras solicitam um apoio financeiro do Município.-----

-----Como colaboração com a freguesia, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 15, das Normas de Execução Orçamental para 2015, submete-se à apreciação e aprovação da Ex.ma Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 12.645,80 € (doze mil seiscientos e quarenta e cinco euros e oitenta cêntimos), relativo à última fase das obras.-----

-----O compromisso financeiro torna-se exigível com a apresentação dos documentos comprovativos da realização da despesa.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**14. PROPOSTA – Freguesia de Balugães. Atribuição de subsídio.**-----

-----A Freguesia de Balugães está a proceder a obras de repavimentação da Rua do Monte, uma vez que serve um grande número de habitações e encontra-se bastante degradada, pelo que solicita uma colaboração financeira do Município para poderem dar continuidade à realização desses trabalhos.-----

-----Como colaboração com a freguesia, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 15, das Normas de Execução Orçamental para 2015, submete-se à apreciação e aprovação da

Ex.ma Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 15.000,00 € (quinze mil euros), relativo à 2ª fase das obras.-----

-----O compromisso financeiro torna-se exigível com a apresentação dos documentos comprovativos da realização da despesa.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**15. PROPOSTA – União de Freguesias de Carreira e Fonte Coberta. Atribuição de subsídio.**-----

-----A União de Freguesias de Carreira e Fonte Coberta está a proceder às obras de drenagem de águas pluviais e requalificação de valetas, na Rua Arqto Borges Vinagre, em Carreira, pelo que solicitam o apoio financeiro do Município para poderem continuar as obras.-----

-----Como colaboração com a freguesia, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 15, das Normas de Execução Orçamental para 2015, submete-se à apreciação e aprovação da Ex.ma Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 12.500,00 € (doze mil e quinhentos euros), relativo à 2ª fase das obras.-----

-----O compromisso financeiro torna-se exigível com a apresentação dos documentos comprovativos da realização da despesa.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

------(Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

-----16. PROPOSTA. Freguesia de Carvalhas. Atribuição de subsídio.-----

-----A Freguesia de Carvalhas está a proceder às obras de pavimentação e construção de passeios na Rua Central, a fim de criar melhores condições de circulação automóvel e maior segurança para os peões, pelo que solicita uma colaboração financeira do Município para a continuidade das obras.-----

-----Como colaboração com a freguesia, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 15, das Normas de Execução Orçamental para 2015, submeto à apreciação e aprovação da Ex.ma Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 3.666,00 € (três mil seiscentos e sessenta e seis euros) à Freguesia de Carvalhas, relativo à 2ª fase das obras.-----

-----O compromisso financeiro torna-se exigível com a apresentação dos documentos comprovativos da realização da despesa.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

------(Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

-----17. PROPOSTA. Freguesia de Cristelo. Atribuição de subsídio.-----

-----A Freguesia de Cristelo está a proceder a obras no cemitério, nomeadamente a sua ampliação, pelo que solicita uma colaboração financeira do Município para poder dar continuidade aos trabalhos.-----

-----Como colaboração com a freguesia, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 15, das Normas de Execução Orçamental para 2015, submete-se à apreciação e aprovação da Ex.ma Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 15.000,00 € (quinze mil euros), relativo à 3ª fase da obra de alargamento do cemitério.-----

-----O compromisso financeiro torna-se exigível com a apresentação dos documentos comprovativos da realização da despesa.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**18. PROPOSTA – Freguesia de Fragoso. Atribuição de subsídio.**-----

-----A Junta de Freguesia de Fragoso está a proceder à realização de obras de drenagem de águas e pavimentação na Rua da Goiva, pelo que solicita a atribuição de um subsídio para poder dar continuidade à realização dos trabalhos. -----

-----Como colaboração com a freguesia, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 15, das Normas de Execução Orçamental para 2015, submete-se à apreciação e aprovação da

Ex.ma Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 10.000,00 € (dez mil euros), relativo à 2ª fase da obra.-----

-----O compromisso financeiro torna-se exigível com a apresentação dos documentos comprovativos da realização da despesa.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**19. PROPOSTA – Freguesia de Lama. Atribuição de subsídio. -**

-----A Freguesia de Lama está a proceder à execução das obras de “Alargamento, Repavimentação e construção de passeios na Rua da Igreja”, pelo que solicita uma colaboração financeira do Município para poder dar continuidade aos trabalhos.-----

-----Como colaboração com a freguesia, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 15, das Normas de Execução Orçamental para 2015, submete-se à apreciação e aprovação da Ex.ma Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 15.000,00 € (quinze mil euros), relativo à 3ª fase destas obras.-----

-----O compromisso financeiro torna-se exigível com a apresentação dos documentos comprovativos da realização da despesa.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

-----**20. PROPOSTA – Freguesia de Martim. Atribuição de subsídio.**-----

-----A Freguesia de Martim está a realizar as obras de alargamento e pavimentação da Rua de Riquinha, pelo que solicita uma colaboração financeira do Município para poder dar continuidade aos trabalhos.-----

-----Como colaboração com a freguesia, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 15, das Normas de Execução Orçamental para 2015, submete-se à apreciação e aprovação da Ex.ma Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 15.000,00 € (quinze mil euros), relativo à 2ª fase das obras.-----

-----O compromisso financeiro torna-se exigível com a apresentação dos documentos comprovativos da realização da despesa.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

-----**21. PROPOSTA. Freguesia de Moure. Atribuição de subsídio.**-----

-----A Junta de Freguesia de Moure está a proceder às obras de alargamento do cemitério e solicitam o apoio financeiro do Município para poderem executar a conclusão das obras.-----

-----Como colaboração com a freguesia, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 15, das Normas de Execução Orçamental para 2015, submete-se à apreciação e aprovação da Ex.ma Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 20.000,00 € (vinte mil euros), relativo à 3ª e penúltima fase das obras.-----

-----O compromisso financeiro torna-se exigível com a apresentação dos documentos comprovativos da realização da despesa.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**22. PROPOSTA. Freguesia de Moure. Atribuição de subsídio.**-----

-----A Junta de Freguesia de Moure está a proceder a obras de melhoramento no ringue desportivo, nomeadamente à substituição da sua vedação, passando pela colocação de uma estrutura que ofereça mais condições de segurança, solicitando para o efeito a atribuição de mais um subsídio para poder concluir as obras.-----

-----Como colaboração com a freguesia, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 15, das Normas de Execução Orçamental para 2015, submete-se à apreciação e aprovação da Ex.ma Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 17.012,00 € (dezassete mil e doze euros), relativo à última fase das obras..-----

-----O compromisso financeiro torna-se exigível com a apresentação dos documentos comprovativos da realização da despesa.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**23. PROPOSTA. Freguesia de Paradela. Atribuição de subsídio.**-----

-----A Junta de Freguesia de Paradela está a proceder à execução de diversas obras consideradas urgentes na freguesia, nomeadamente, construção um muro de suporte ao recreio da EB1 de Paradela, dado que o existente não apresenta segurança, pavimentação e construção de muros na Rua dos Loureiros, pavimentação e construção de passeios no C.M. 1121, pelo que solicitam o apoio financeiro do Município para poderem concretizar as obras.-----

-----Como colaboração com o objectivo proposto, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 15, das Normas de Execução Orçamental para 2015, submeto à apreciação e aprovação da Ex.ma Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 10.000,00 € (dez mil euros) à Freguesia de Paradela, relativo à última fase das obras.- -

-----O compromisso financeiro torna-se exigível com a apresentação dos documentos comprovativos da realização da despesa.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**24. PROPOSTA. Freguesia de Pereira. Atribuição de subsídio.**-----

-----A Junta de Freguesia de Pereira pretende à proceder à construção de uma bancada no recinto desportivo da freguesia, pelo que solicita um apoio financeiro do Município para poderem concretizar as obras.-----

-----Como colaboração com o objectivo proposto, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o nº 1, do artigo 15, das Normas de Execução Orçamental para 2015, submeto à apreciação e aprovação da Ex.ma Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 10.000,00 € (dez mil euros) relativo à 1ª fase das obras.-----

-----O compromisso financeiro torna-se exigível com a apresentação dos documentos comprovativos da realização da despesa.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**25. PROPOSTA – Freguesia de Roriz. Atribuição de subsídio. -**-----

-----A Junta de Freguesia de Roriz está a proceder à pavimentação da Travessa do Eido a qual serve de acesso a várias habitações e encontra-se em péssimo estado de conservação, pelo que solicitam o apoio financeiro do Município para poderem concretizar as obras.-----

-----Como colaboração com a freguesia, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado as Normas de Execução

Orçamental para 2016, submete-se à apreciação e aprovação da Ex.ma Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 10.000,00 € (dez mil euros), relativo à última fase das obras.-----

-----O compromisso financeiro torna-se exigível com a apresentação dos documentos comprovativos da realização da despesa.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**26. PROPOSTA – União de Freguesias de Quintiães e Aguiar.**
Atribuição de subsídio.-----

-----A Junta da União de Freguesias de Quintiães e Aguiar necessita de proceder à construção de muros e pavimentação do espaço inserido no “Arranjo Urbanístico junto à Casa Mortuária”, pelo que solicitam um apoio financeiro do Município para poderem concretizar as obras.-----

-----Como colaboração com a freguesia, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com as Normas de Execução Orçamental para 2016, submete-se à apreciação e aprovação da Ex.ma Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 30.000,00 € (trinta mil euros).-----

-----O compromisso financeiro torna-se exigível com a apresentação dos documentos comprovativos da realização da despesa.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

------(Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

-----**27. PROPOSTA – Fábrica da Igreja de S. Lourenço de Alvelos.**
Atribuição de subsídio. -----

-----A Fábrica da Igreja de S. Lourenço de Alvelos tem necessidade de urgentemente proceder às obras de substituição do telhado em virtude de as infiltrações de água estarem a danificar o seu interior, pelo que solicitam um apoio financeiro do Município para poderem concretizar as obras.-----

-----Como colaboração com a Instituição, nos termos das alíneas o) e u), do nº 1, do artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado as Normas de Execução Orçamental para 2016, submete-se à apreciação e aprovação da Ex.ma Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 9.700,00 € (nove mil e setecentos euros).-----

-----O compromisso financeiro torna-se exigível com a apresentação dos documentos comprovativos da realização da despesa.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

------(Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

-----**28. PROPOSTA – ACRA - Associação Social, Cultural e Recreativa de Alheira. Atribuição de subsídio.** -----

-----A Associação Social, Cultural e Recreativa de Alheira tem necessidade de proceder a obras de reabilitação no edifício da sede, uma vez que se encontra já bastante degradado, pelo que solicitam um apoio financeiro do Município para poderem concretizar as obras.-----

-----Como colaboração com a Associação, nos termos das alíneas o) e u), do nº 1, do artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado as Normas de Execução Orçamental para 2016, submete-se à apreciação e aprovação da Ex.ma Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 15.000,00 € (quinze mil euros), relativo à 1ª fase das obras.-----

-----O compromisso financeiro torna-se exigível com a apresentação dos documentos comprovativos da realização da despesa.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**29. PROPOSTA – Clube de Campismo e Caravanismo de Barcelos. Atribuição de subsídio.**-----

-----O Clube de Campismo e Caravanismo de Barcelos desenvolve actividades amadoras e de lazer (passeios, provas de marcha e de orientação e outras de natureza semelhante), assumindo um papel preponderante no desenvolvimento pessoal e social dos seus associados.-----

-----Nesse sentido, como todas as actividades acarretam para o Clube diversas despesas que por si só não conseguem suportar, solicitam um apoio financeiro do Município para poderem dar continuidade às suas ações.-----

-----Como colaboração com o Clube, nos termos das alíneas o) e u), do nº 1, do artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado as Normas de Execução Orçamental para 2016, submete-se à apreciação e aprovação da Ex.ma Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros).-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**30. PROPOSTA – Futebol Clube de Oliveira. Atribuição de subsídio.**-----

-----O Futebol Clube de Oliveira tem necessidade de proceder a obras de melhoramento das instalações desportivas, pelo que solicitam um apoio financeiro do Município para poderem concretizar as obras.-----

----- Como colaboração com a Associação, nos termos das alíneas o) e u), do nº 1, do artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado as Normas de Execução Orçamental para 2016, submete-se à apreciação e aprovação da Ex.ma Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no valor de 10.000,00 € (dez mil euros).-----

-----O compromisso financeiro torna-se exigível com a apresentação dos documentos comprovativos da realização da despesa.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**31. PROPOSTA. Empreitada de obras Públicas - Requalificação das ruas Padre Alfredo da Rocha Martins, Campo 25 de Abril e Dr. Francisco Torres. Assunção de encargos/ compromissos plurianuais para o ano de 2017- Comunicação – artigo 12.º das normas de execução orçamental para 2016.**-----

-----A execução da empreitada supra identificada, implica a assunção de compromissos plurianuais, pelo que nos termos do n.º 1 do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, foi obtida a prévia autorização da Assembleia Municipal, sendo que inicialmente se previa a execução da mesma nos anos de 2015 e 2016.-----

-----Atendendo que a sua adjudicação apenas ocorreu a 20 de janeiro de 2016, impõe-se a sua reprogramação financeira. Assim, prevê-se que o valor da despesa para o ano de 2017 ascenda a 123.718,92€ (cento e vinte e três mil, setecentos e dezoito euros, e noventa e dois cêntimos), valor com IVA incluído.-----

-----Desta reprogramação financeira não decorre quaisquer aumento de despesa, pelo que atento o disposto nos parágrafos terceiro e quarto do artigo 12.º das normas de execução orçamental para 2016, recai apenas e só a obrigatoriedade da Câmara Municipal, de comunicação ao órgão deliberativo do Município, do recurso à autorização de assunção de compromissos plurianuais, atendendo que esse valor excede 50.000 € (cinquenta mil euros).-----

-----Em face do exposto e no uso das competências legalmente cometidas, proponho que a Exma. Câmara Municipal delibere:-----

-----Aprovar a remessa desta proposta à Assembleia Municipal para efeitos do disposto no último parágrafo do artigo 12.º das normas de execução orçamental para 2016, ou seja, tomar conhecimento dos encargos/compromissos plurianuais para o ano de 2017.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**32. PROPOSTA. Pedido de parecer prévio para a celebração de contrato de aquisição de serviços de desenvolvimento de conteúdos para o curriculum local integrada na Plataforma de Educação Mais Cidadania. Artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), vigente em virtude do disposto no artigo 1º do Decreto - Lei nº 253/2015, de 30 de dezembro.**-----

-----Em coerência com as razões de facto e de direito enunciadas na informação da DCP, que se encontra em anexo, compete à Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº 5 e no nº 12 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, emitir parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços de desenvolvimento de conteúdos para o curriculum local integrada na Plataforma de Educação Mais Cidadania, pelo valor contratual estimado de 12.500,00 Euros, ao qual é acrescido IVA à taxa legal em vigor, para vigorar até 30 de julho de 2016, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no nº 6 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro.-----

-----A contratação da aquisição de serviços de desenvolvimento de conteúdos para o curriculum local integrada na Plataforma de Educação Mais Cidadania, vem

assegurar, desenvolver e concretizar a proposta n.º 10 (Aquisição da Plataforma informática “Mais Cidadania”), que foi aprovada por unanimidade em reunião ordinária de câmara de 9/11/2015 e que consubstancia uma aquisição de serviços.-----

-----Assim, em face do exposto, propõe-se à Exma. Câmara Municipal de Barcelos que delibere:-----

----- Emitir parecer prévio favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços de desenvolvimento de conteúdos para o curriculum local integrada na Plataforma de Educação Mais Cidadania. -----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**33. PROPOSTA. Empreitada de Obras Públicas - Requalificação das ruas Padre Alfredo da Rocha Martins, Campo 25 de Abril e Dr. Francisco Torres. Pedido de autorização para assunção dos encargos/ compromissos plurianuais. Ratificação da proposta nº 27, pelo órgão deliberativo.**-----

-----A realização da empreitada supra identificada, foi objeto de aprovação pelo valor estimado de 502.165,89€ (quinhentos e dois mil, cento e sessenta e cinco euros, e oitenta e nove cêntimos), ao qual acrescia IVA à taxa legal em vigor.-----

-----Contudo, na sequência da apresentação, por parte dos interessados, das listas dos erros e omissões, constatou-se a necessidade de realização de novos trabalhos, os quais determinaram um acréscimo de 16.571,71€ (dezasseis mil, quinhentos e setenta e um euros, e setenta e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

-----Este acréscimo traduziu-se num aumento do valor do procedimento concursal, o qual passou a ser de 518.737,60€ (quinhentos e dezoito mil, setecentos e trinta e sete euros e sessenta cêntimos), ao qual também acresce IVA à taxa legal em vigor.-----

-----Com esta alteração revelou-se necessário efetuar uma reprogramação financeira.-----

-----Atentos os factos e de modo a dar cumprimento aos imperativos legais, a 31 de julho do ano transato, a Câmara Municipal aprovou uma proposta [n.º 27] para apreciação e votação pelo órgão deliberativo do Município dos encargos/compromissos plurianuais resultantes desta alteração (anexa à presente proposta).-----

-----Contudo, por mero lapso a referida proposta, não foi remetida ao referido órgão.-----

-----Não obstante a extemporaneidade, impõe-se o cumprimento disposto no Decreto -Lei nº 197/99, de 8 de Junho, na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o Decreto - Lei nº 127/2012, de 21 de Junho.-----

-----Em face do exposto, proponho que à luz das competências legalmente cometidas, a Exma. Câmara Municipal delibere apreciar e votar a remessa da proposta n.º 27 à Assembleia Municipal para efeitos de ratificação.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

-----*(Miguel Jorge da Costa Gomes)*-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----34. PROPOSTA. Celebração do contrato de prestação de serviços na modalidade de tarefa para atuação da mascote do galo de Barcelos, no programa de televisão do Porto Canal do dia 15 de janeiro de 2016. Ratificação do despacho do Sr. Vereador, Dr. Domingos Pereira, que autorizou o pedido de parecer prévio vinculativo.-----

-----O artigo 1º do Decreto - Lei nº 253/2015, de 30 de dezembro dispõe que: "O regime transitório de execução orçamental, previsto no artigo 12º-H da Lei nº 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei nº 41/2014, de 10 de julho, deve obedecer ao estabelecido no presente Decreto - Lei, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2016". Por sua vez, o supracitado artigo 12º-H da aludida Lei dispõe, na alínea d) do nº 1, o seguinte: "A vigência da lei do Orçamento do Estado é prorrogada quando se verifique: a não votação parlamentar da proposta de lei do Orçamento de Estado". Neste sentido, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2016, vigora o orçamento de Estado para 2015, que deve obedecer ao estabelecido no Decreto - Lei nº 253/2015.-----

-----Ora, a Lei de Orçamento de Estado para 2015 estabelece no nº 5 do artigo 75º a exigência de parecer prévio vinculativo para a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços. Por seu turno, o nº 14 do mesmo diploma legal exige o referido parecer prévio previsto no nº 5 para celebração de contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença.-----

-----Paralelamente, a Portaria nº 149/2015, de 26 de maio, particularmente no seu nº 4, determina que o órgão executivo pode autorizar o Presidente da Câmara Municipal ou quem tiver a competência delegada para a decisão de contratar a celebrar um número máximo de contratos de aquisição de serviços com dispensa do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6º do Decreto - Lei nº

209/2009, de 3 de setembro. Neste sentido, foi submetido um pedido de parecer genérico que foi aprovado em Reunião Ordinária de Câmara de 23 de novembro de 2015, e cuja vigência teve o seu termo a 31 de dezembro de 2015.-----

-----No presente ano de 2016, o pedido de parecer genérico foi aprovado na Reunião de Câmara realizada em 18 de janeiro de 2016, sendo que a presente aquisição de serviços na modalidade de tarefa ocorreu no dia 13 de janeiro do mesmo ano. Deste modo, foi objetivamente impossível incluir a presente prestação de serviços na modalidade de tarefa no parecer genérico aprovado na Reunião de Câmara supra referida.-----

-----Face ao exposto, o Município de Barcelos teve a necessidade premente de contratar a aquisição de serviços para a atuação da mascote do galo de Barcelos, no dia 15/01/2016, sob pena de o evento se realizar sem a respectiva atuação.-----

-----Em face do exposto, propõe-se que a Exma. Câmara Municipal de Barcelos delibere:- -----

-----a). Ratificar o despacho do Sr. Vereador, Dr. Domingos Pereira, que autorizou o pedido de parecer prévio vinculativo para a celebração do contrato de prestação de serviços na modalidade de tarefa para atuação da mascote do galo de Barcelos, no programa de televisão do Porto Canal do dia 15 de janeiro de 2016.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----35. PROPOSTA. Encargos plurianuais decorrentes de garantia bancária.-----

-----A entidade Infraestruturas de Portugal, S.A solicitou a prestação de garantia bancária, no valor de 14 571,76 €, para autorizar a realização da obra de “Ampliação/Construção da Passagem Superior à Linha do Minho, na Rua da Igreja Matriz de acesso ao cemitério de Aborim”.-----

-----Para o efeito procedeu-se à consulta a várias entidades bancárias, tendo a proposta apresentada pelo Santander Totta merecido a classificação de mais vantajosa para o Município, conforme informação em anexo, com um custo anual de 109,29 € (cento e nove euros e vinte e nove cêntimos).-----

-----Considerando que a garantia terá de permanecer válida até que a entidade beneficiária autorize a sua libertação, impõe-se considerar o carácter plurianual da despesa.- -----

-----Nestes termos, proponho que a Câmara Municipal delibere autorizar a despesa relativa à garantia bancária, designadamente os encargos plurianuais decorrentes da mesma.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

-----36. PROPOSTA. Abertura de Conta bancária no Novo Banco e no Banco Popular.-----

----- O Município de Barcelos é titular de dezasseis contas bancárias em diversas instituições, sete na Caixa Geral de Depósitos e duas no Millennium BCP. Nas demais instituições existe apenas uma conta.-----

-----A Administração Pública, no passado e durante muitos anos, trabalhava exclusivamente com a Caixa Geral de Depósitos e por essa razão, ainda hoje, é nesta entidade que mantém maior número de contas abertas, para satisfazer as exigências financeiras do Município-----

-----No entanto, com o evoluir das situações, tem sido prática a abertura de contas nas diversas instituições bancárias representadas no concelho, por questões de interesse comum das partes.-----

-----De notar, também, que actualmente os vencimentos dos funcionários são pagos directamente para a conta escolhida pelos próprios.-----

-----Recentemente, o Novo Banco e o Banco Popular solicitaram a abertura de conta bancária nas suas instituições.-----

-----De facto, o Município não é titular de conta bancária nas referidas instituições e de acordo com o artigo 6.º do Regulamento do Sistema de Controlo Interno, compete ao órgão executivo deliberar sobre a abertura de contas e a natureza das mesmas.-----

-----Nestes termos, propõe-se que o órgão executivo autorize a abertura de uma conta, à ordem, em cada uma das referidas instituições.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**37. PROPOSTA. Regulamento de Atribuição de Medalhas Honoríficas do Município de Barcelos.**-----

-----A condecoração constitui um ato cuja finalidade visa distinguir pessoas singulares ou coletivas.

-----Pretende-se o reconhecimento dos méritos pessoais, dos feitos cívicos ou que hajam patenteado exemplar dedicação à causa pública, por assinaláveis serviços prestados e merecedores de público testemunho, bem como reconhecer o contributo em prol do engrandecimento, elevação e dignificação do concelho de Barcelos, nos variados domínios, a nível nacional e internacional. -----

----- A condecoração opera-se mediante a atribuição de uma medalha que pode assumir diferente natureza/título. Com efeito, a atribuição desta distinção deve pautar-se por critérios e normas que assegurem o seu rigor, coerência e isenção, de modo que os distinguidos reconheçam e valorizem o ato/gesto. -----

-----Neste sentido, promoveu o Município de Barcelos à elaboração e subsequente aprovação de um documento regulamentar, designado «*Regulamento para a Concessão de Medalhas*». -----

-----Contudo, este documento data de 1990, pelo que se impôs a sua revisão. Em face das inúmeras alterações, optou este Município por proceder à elaboração de um novo regulamento. -----

----- A competência cometida aos Municípios em matéria regulamentar decorre da Constituição, bem como da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, contudo os procedimentos a observar na feitura dos regulamentos encontram-se previstos no Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, diploma que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo.-----

-----O presente Regulamento tem por objetivo definir as regras e procedimentos relativos à atribuição de Medalhas Honoríficas do Município de Barcelos-----

-----Observado o imperativo legal previsto no n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro e em consequência da deliberação do executivo municipal de 21 de outubro do ano transato, foi este documento regulamentar sob a forma de projecto, publicitado no Boletim Eletrónico do Município, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 101.º do citado diploma.-----

-----Findo o período de consulta pública, constatou-se a inexistência de sugestões, impondo-se deste modo, a apresentação da versão final deste documento, bem como o cumprimento das demais imposições legais em matéria regulamentar.---

-----Importará ainda salientar que este documento regulamentar foi ainda objeto de publicitação nos termos e para efeitos do disposto no artigo 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Assim, e em coerência com as razões de facto e de direito acima evidenciadas, proponho que a Exma. Câmara Municipal de Barcelos, à luz do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibere apreciar e votar:-----

-----I – A versão final do Regulamento de Atribuição de Medalhas Honoríficas do Município de Barcelos, anexa à presente proposta.-----

-----II – Submeter o presente Regulamento à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação.-----

-----III – Obtida a aprovação deste Regulamento pelo órgão deliberativo do Município, promover a sua publicitação nos termos e para efeitos do disposto no

artigo 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e bem como do artigo 139.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**38. PROPOSTA. Protocolo de Colaboração entre o Município de Barcelos e a CTB - Companhia de Teatro de Braga.**-----

-----**Considerando que:**-----

-----1. A CTB – Companhia de Teatro de Braga é uma estrutura profissional de produção teatral, fundada em 1980 no Porto e radicada em Braga desde 1984, no âmbito de um projecto artístico e de um protocolo estabelecido com a Autarquia de Braga: “A criação a norte de uma forte estrutura de produção teatral, que contribua, num âmbito mais alargado, para a criação no país de uma rede de espaços de acolhimento e produção e, a partir de Braga, aproveitar as potencialidades da Região e criar um Centro despoletador de energias criativas.”;-----

-----2. O projecto artístico da Companhia de Teatro de Braga cruza o sempre renovado interesse pelas novas dramaturgias com a experimentação, através da nossa prática teatral, sobre o grande legado dramático da humanidade – os clássicos;---

-----3. O Município de Barcelos entende que a descentralização das iniciativas culturais, permitem a promoção e a dinamização dos diferentes espaços culturais disponíveis, aproveitando recursos, de forma sinérgica e eficiente;-----

-----4. Compete à Câmara Municipal de Barcelos no âmbito do apoio a actividades de interesse municipal “Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente, com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município ...”, conforme o disposto na alínea o), do nº 1, do artigo 33º, da lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;-----

-----5. Compete ainda à Câmara Municipal de Barcelos, nos termos da alínea u) do artigo anteriormente mencionado, “Apoiar actividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município...”;-----

-----6. Pretende a Companhia de Teatro de Braga, no âmbito da prossecução dos seus objectivos, apresentar durante o ano de 2016, algumas das suas criações, bem como, algumas Oficinas de Formação de Públicos, estando em condições de assegurar a sua realização nos termos em que propõe fazê-lo;-----

-----7. Estes eventos, onde se prevê uma grande afluência de público, constitui actividade de interesse municipal, na medida em que dinamiza, promove e incentiva o desenvolvimento socioeconómico, cultural, social e recreativo do concelho de Barcelos.-----

-----Nesse sentido, nos termos da legislação acima referida, submeto à apreciação e aprovação da Ex.ma Câmara Municipal, a minuta do Protocolo de Colaboração entre o Município de Barcelos e a CTB - Companhia de Teatro de Braga.

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----39. PROPOSTA. Acordo de Colaboração entre o Município de Barcelos e a Banda Musical de Oliveira.-----

-----Considerando que:-----

----- 1 - O contributo que a Banda Musical de Oliveira traz para a dinamização e desenvolvimento cultural do concelho de Barcelos;-----

-----2 - Compete à Câmara Municipal, no âmbito do apoio a actividades de interesse municipal, apoiar e participar, pelos meios adequados, actividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva recreativa ou outras;-----

-----3 - Tem constituído um eixo estratégico e prioritário da política cultural do Município de Barcelos o desenvolvimento de projectos culturais em parceria com as mais diversas entidades, através da celebração de protocolos em áreas específicas, visando a promoção e a dinamização dos diferentes espaços culturais disponíveis;---

-----4 - A Banda Musical de Oliveira propõe-se realizar actividades musicais no concelho de Barcelos, no período compreendido entre Janeiro e Dezembro de 2016.---

-----5 – Nos termos do disposto no artigo 23.º e na alínea o) e u) do artigo 33º, todos do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeto à apreciação e aprovação da Ex.ma Câmara Municipal a minuta do Acordo de Colaboração entre o Município de Barcelos e a Banda Musical de Oliveira.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

-----**40. PROPOSTA. Proposta de delimitação da área de
reabilitação urbana de Barcelos Nascente 2.**-----

----- “A reabilitação urbana assume-se hoje como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos de uma habitação condigna”. -----

-----Esta referência, expressa no preâmbulo do atual Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, adiante RJRU, (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto republicado no Diário da República, 1.ª Série – n.º 157), introduz os grandes desafios que se colocam na atualidade às nossas cidades, à reabilitação urbana e à criação de um ambiente urbano mais favorável para a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos e das organizações.-----

-----O presente documento integra a proposta de delimitação de uma área de reabilitação urbana onde se insere parte do território das freguesias de Arcozelo, Barcelos, Barcelinhos e Rio Covo Santa Eugénia, designada por Área de Reabilitação Urbana Barcelos Nascente 2, adiante aRUBclN2.-----

-----A delimitação da ARU insere-se nas políticas urbanas municipais e a sua articulação com o planeamento e gestão urbanística e estruturar-se-á de forma a garantir a complementaridade com os diversos instrumentos de gestão territorial e com a adoção de uma estratégia inclusiva.-----

-----Existe atualmente um entendimento cada vez mais alargado de que o conceito de reabilitação urbana deve ser adotado numa perspetiva abrangente que vá para além das intervenções nos centros históricos e nas áreas mais centrais das cidades, e se alargue a outros espaços consolidados em que se verifique a necessidade de se desenvolverem estratégias integradas de requalificação e revitalização do tecido urbano. -----

-----O projeto da ARU Barcelos Nascente 2 inscreve-se nesta preocupação. -----

-----Está incluído neste território, para além da função residencial, um conjunto de infraestruturas fabris e armazéns, desativado, evidenciando problemas relacionados com a degradação acentuada de grande parte destes edifícios, de desqualificação do espaço público, de débil vitalidade económica e cultural e de forte vulnerabilidade social, que não pode ser combatida com medidas isoladas de política setorial. - -----

-----Por outro lado, a este território reconhecem-se facilmente uma série de vantagens e de oportunidades face aquelas que são, hoje em dia, condições desejáveis para um desenvolvimento urbano sustentável, designadamente, condições muito favoráveis de conectividade interna e externa, valores simbólicos capazes de projetar uma nova identidade local, recursos ambientais e paisagísticos, grandes unidades industriais desativadas e vazios urbanos com potencial de instalação de novas funções e atividades, volume significativo de edificado com interesse para reabilitar.

-----É pois inquestionável a necessidade de se desenhar e implementar uma estratégia de intervenção integrada para este espaço da cidade. -----

-----Uma estratégia que, promovendo os trunfos e mais-valias locais, enfrente com sucesso os bloqueios que se colocam ao desenvolvimento sócio económico deste território e melhore as condições de vida e de bem estar quotidianas da população,

alavancando aquele que se pretende seja um processo de transformação de toda esta zona. -----

-----O RJRU em vigor, designadamente, o n.º 3 do Artigo 7.º, prevê que a aprovação da delimitação de áreas de reabilitação urbana possa ter lugar em momento anterior à aprovação da operação de reabilitação urbana a desenvolver nessas áreas, produzindo a delimitação de uma área de reabilitação urbana um conjunto de efeitos imediatos, designadamente quanto a benefícios fiscais e outros incentivos, fundamentais para a captação de investimento e para a dinamização das intervenções. -----

-----Ao abrigo desta possibilidade legal, a presente proposta corresponde, ao projeto de delimitação da aRUBclN2, remetendo-se para uma fase seguinte a aprovação da respetiva operação de reabilitação urbana, a qual se pretende que seja de tipo sistemática e possa envolver, na sua fase de elaboração e implementação, um amplo número de agentes urbanos públicos e privados e a própria população. -----

-----Em face do exposto supra proponho à Ex.ma Câmara Municipal de Barcelos que delibere o seguinte:-----

----- -a) Aprovar a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de "Barcelos Nascente 2" e respectivo regime de benefícios fiscais constantes das mesmas;- -----

-----b) Submeter a presente proposta à discussão e votação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no n.º1, do artigo 13.º, da Lei n.º 32/2012, de 14/08 (RJRU).-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

-----**41. PROPOSTA – Ratificação de despachos do Ex.mo Senhor Vereador Dr. Domingos Pereira.**-----

-----Presente para ratificação, os despachos proferidos pelo Ex.mo Senhor Vereador ,Dr. Domingos Pereira, que aprovaram o seguinte:-----

----- Cedência do Auditório da Biblioteca Municipal, à Escola Profissional Profitecla, para a apresentação da Prova de Aptidão Profissional de duas alunas do Curso de Secretariado, no dia 21 de janeiro;-----

----- Cedência do Pavilhão Municipal de Barcelos e dos respetivos balneários, em caso de chuva, ao Agrupamento de Escolas Gonçalo Nunes, para a realização da "Entrega de Prémios do Corta Mato", no dia 27 de janeiro;-----

----- Cedência do Auditório da Biblioteca Municipal, à Delegação de Barcelos da Ordem dos Advogados, para a realização de uma conferência subordinada ao tema "Procuradoria Ilícita", no dia 2 de fevereiro;-----

----- Cedência do Pavilhão Municipal de Barcelos, à Associação de Patinagem do Minho, para a realização da 13ª edição do "Torneio de Carnaval" e "Deteção de Talentos", nos dias 6 e 7 de fevereiro e 7 de março, respetivamente;-----

----- Cedência do Auditório da Biblioteca Municipal, ao Centro de Informação Rural do Entre Douro e Minho, Confederação dos Agricultores de Portugal, para a realização de uma sessão para os agricultores do concelho sobre "Ajudas Comunitárias", no dia 18 de fevereiro;-----

----- Cedência do Auditório Municipal, à ACIB - Associação Comercial e Industrial de Barcelos e CIAB - Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de

Consumo, para a realização de um seminário subordinado ao tema "Mecanismos de resolução extrajudicial de litígios de consumo - Novos deveres de informação, Mediação e Arbitragem de Consumo", no dia 23 de fevereiro;-----

----- Cedência do Salão Nobre, ao Conservatório de Música de Barcelos, para a realização de "Saraus Musicais" e do Concurso Nacional de Piano "Pequenos Galinhos de Barcelos", nos dias 14 e 16 de março e 30 de abril, respetivamente;-----

----- Disponibilização de 5 (cinco) galos de tamanho médio, solicitados pela Turismo Porto e Norte de Portugal, para oferta aos oradores da 1ª reunião científica sobre o tema " Fim de Vida – Perspectiva Ética";-----

----- Cedência do Auditório da Biblioteca Municipal, à Associação Nacional da Espondilite Anquilosante (ANEA), para a realização de um Encontro Luso-Galaico, no dia 30 de abril.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**42. PROPOSTA – Ratificação de despachos do Sr. Vereador Dr. Alexandre Maciel.**-----

-----Presente para ratificação, os despachos proferidos pelo Sr. Vereador Dr. Alexandre Maciel, que aprovaram o seguinte:-----

----- Empréstimo de sinais de trânsito para a realização do 2º BTT Desporto Escolar – Lamaceiros TT Associação Desportiva e Sociocultural de Fragoso;-----

----- Cedência de instalações do pavilhão municipal e do parque da cidade, no dia 27 de Janeiro, para a prova de Corta-Mato Escolar - Agrupamento de Escolas Gonçalo Nunes.-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**43. PROPOSTA – Ratificação de despachos da Sra. Vereadora Maria Elisa Braga.**-----

-----Presente para ratificação, os despachos proferidos pela Sra. Vereadora Maria Elisa Braga, que aprovaram o seguinte:-----

-----1 - Cedência de grupos culturais, no âmbito dos Protocolos de Colaboração celebrados com os mesmos, às instituições que os solicitaram para as actividades que pretendem desenvolver:-----

----- Paróquia de Vila Boa – Grupo Coral Magistroi;-----

----- Freguesia de Areias S. Vicente – Rancho Folclórico de Sta Eulália de Oliveira;-----

----- Centro Social e Paroquia Imaculado Coração de Maria – Grupo Etnográfico de Danças e Cantares da Associação Desportiva e Cultural de Gilmonde;-----

-----Barcelos, 27 de Janeiro de 2016.-----

-----O PRESIDENTE DA CÂMARA,-----

----- (Miguel Jorge da Costa Gomes)-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----**44. Aprovação da Acta em Minuta.**-----

-----Propõe-se, nos termos do nº 3, do artigo 57º, da Lei Nº75/2013, de 12 de Setembro, a aprovação da presente acta em minuta.-----

-----**Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.**-----

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dez horas e vinte minutos, da qual para constar e por estar conforme se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Vereadores e por mim que a secretariei-----

----- **ASSINATURAS** -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA

(Miguel Jorge da Costa Gomes)

OS VEREADORES

(Domingos Ribeiro Pereira, Dr.)

(Maria Armandina Félix Vila-Chã Saleiro, Dr^a)

(José Carlos da Silva Brito, Dr.)

(Alexandre Miguel Gonçalves Maciel, Dr.)

(Maria Elisa Azevedo Leite Braga)

(Domingos José da Silva Araújo, Dr.)

(Félix Falcão de Araújo, Dr.)

(Rosa Cristina Rodrigues Barbosa, Dr^a)

(António Jorge da Silva Ribeiro, Dr.)

(Manuel Carlos da Costa Marinho, Eng^o)

SECRETARIOU

(Filipa Alexandra Maia Lopes, Dr^a)